



Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales

DADOS DO CANDIDATO

NOME: _____
CPF: _____
ASS.: _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 30 questões numeradas de 1 a 30, dispostas da seguinte maneira:
 - a) as questões de 1 a 10 são relativas à área de Língua Portuguesa.
 - b) as questões de 11 a 30 são relativas à área de Conhecimentos em Legislação.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões há 5 opções e apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta no CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de uma hora e trinta minutos (1h e 30 min). Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve os 15 minutos finais para marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS. Os rascunhos e as marcações assinadas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
6. Preencha o CARTÃO DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Observe criteriosamente as orientações no CARTÃO DE RESPOSTA e evite descuidados que poderão anular sua(s) resposta(s). Cada candidato tem direito a apenas um CARTÃO DE RESPOSTA.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 e 2

Cidade mais populosa do País, São Paulo ultrapassou os 12 milhões de habitantes, conforme estimativa da população divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população paulistana chegou a 12.038.175 em 2016. Em 2015, eram 11.967.825 moradores.

O Estado de São Paulo tem 44,749 milhões de habitantes, mais do que o dobro da população de Minas, que chegou a 20,997 milhões de habitantes. Rio está em terceiro, com 16,635 milhões de pessoas, seguido pela Bahia, com 15,276 milhões. Os Estados menos populosos são Roraima (514,2 mil), Amapá (782,3 mil), Acre (816,6 mil) e Tocantins (1,532 milhão). O Sudeste concentra os três maiores Estados, enquanto os cinco menores estão no Norte.

Em comparação com 2015, manteve-se o número de 17 cidades com mais de 1 milhão de habitantes. O Rio é a segunda cidade no ranking, com 6,498 milhões de habitantes, seguida por Brasília (2,977 milhões), Salvador (2,938 milhões) e Fortaleza (2,609 milhões). O número de municípios com mais de 500 mil habitantes também se manteve: 41.

(LEAL, L. N. Cidade de São Paulo chega a 12 milhões de habitantes. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-sao-paulo-chega-a-12-milhoes-de-habitantes,10000072909>>. Acesso em: 28 mar. 2017. Com adaptações.)

1) Com base nas ideias do texto, assinale a opção incorreta:

- a) São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil.
- b) Até 2015, a população paulistana era menor que 12 milhões de habitantes.
- c) O Estado de São Paulo tem mais do que o dobro da população de Minas Gerais.
- d) São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados mais populosos do País.
- e) A população da Bahia é maior do que a do Estado do Rio de Janeiro.

2) Com base nas ideias do texto, assinale a opção incorreta:

- a) Os estados menos populosos do Brasil estão na região Norte.
- b) O estado com a menor população do País é Roraima.
- c) Em 2016, houve um aumento no número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes.
- d) Brasília é a terceira cidade mais populosa do Brasil.
- e) Em 2016, permaneceu o número de 41 municípios com mais de 500 mil habitantes.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Texto para a questão 3

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE), aprovado e sancionado em 31 de julho de 2014, traz um amplo conjunto de diretrizes, estratégias e medidas para ordenar a transformação da cidade. Representa um pacto da sociedade em direção à justiça social, ao uso mais racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade de vida e à intensa participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo. O impacto do PDE para a cidade, no dia a dia das pessoas, é grande e será cada vez maior.

O PDE estabelece a defesa de um projeto de cidade democrática, inclusiva, ambientalmente responsável, produtiva e, sobretudo, com qualidade de vida. Persegue uma visão estratégica que pautas as ações de planejamento. As grandes questões da cidade, como mobilidade, meio ambiente, moradia e trabalho, extrapolam os limites administrativos do município. São Paulo – cidade e metrópole – exige uma visão sistêmica.

(SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. Com adaptações.)

3) Com base nas ideias do texto, assinale a opção correta:

- a) O PDE traz um amplo conjunto de diretrizes, estratégias e medidas a fim de ordenar a transformação da cidade.
- b) O impacto do Plano Diretor Estratégico para o município de São Paulo é pequeno.
- c) O Plano Diretor Estratégico não visa à intensa participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo.
- d) A mobilidade, a moradia e o trabalho são grandes questões da cidade, com exceção do meio ambiente.
- e) As ações de planejamento da cidade de São Paulo devem ser tratadas a uma visão sistêmica metropolitana.

4) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas abaixo de acordo com a norma-padrão de concordância nominal e verbal:

I – Segue _____, para conhecimento, a versão final da ata de reunião.

II – _____ a gravidade da denúncia, foi instaurado processo administrativo disciplinar.

III – _____ poucas áreas de lazer para a população na periferia da cidade.

- a) anexo – dado – existe
- b) anexa – dada – existem
- c) anexa – dado – existe
- d) anexo – dada – existem
- e) anexo – dado – existem

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

5) Assinale a alternativa em que os verbos indicados estão flexionados adequadamente:

I. Neste exercício, _____ recursos orçamentários para retomar as obras. (faltar)

II. _____ dois anos que a obra foi paralisada. (fazer)

III. _____ muitas falhas no projeto executivo da obra. (haver)

- a) falta – fazem – havia
- b) faltam – faz – haviam
- c) faltam – fazem – havia
- d) faltam – faz – havia
- e) falta – fazem – haviam

6) Assinale a alternativa em que, segundo a norma-padrão, há erro de regência verbal:

- a) A decisão acarretou prejuízos ao erário.
- b) O vírus zika provavelmente chegou no Brasil em 2013.
- c) O prefeito comunicou as mudanças aos servidores.
- d) Cabe aos vereadores acompanhar as ações do Executivo municipal.
- e) O governo obrigou os contribuintes a pagar mais impostos.

7) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de regência:

I. São imunes _____ recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os templos de qualquer culto.

II. A falta de recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) pelo prestador de serviço nos prazos estabelecidos em lei implicará _____ cobrança de multa.

III. O contribuinte deve informar _____ Prefeitura de São Paulo as alterações dos dados cadastrais do imóvel no prazo de sessenta dias da sua ocorrência.

- a) do – a – a
- b) ao – na – à
- c) do – a – à
- d) ao – na – a
- e) do – na – à

8) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de regência:

I. Os edifícios públicos devem dispor de, pelo menos, um banheiro acessível _____ pessoas portadoras de deficiência.

II. A pregoeira considerou o preço ofertado compatível _____ preços praticados pelo mercado.

III. O pedido deverá ser protocolado no Setor de Autuação, situado _____ avenida Paulista, 1.999, térreo.

- a) para as – com os – à
- b) para as – aos – à
- c) às – aos – à
- d) às – com os – na
- e) às – aos – na

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

9) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está corretamente empregada em:

- a) Solicitamos, aos gestores, que preencham o formulário “Avaliação de Desempenho” até sexta-feira.
- b) Solicitamos aos gestores, que preencham o formulário “Avaliação de Desempenho”, até sexta-feira.
- c) Solicitamos aos gestores que preencham o formulário “Avaliação de Desempenho” até sexta-feira.
- d) Solicitamos aos gestores que, preencham o formulário “Avaliação de Desempenho”, até sexta-feira.
- e) Solicitamos aos gestores que preencham, o formulário “Avaliação de Desempenho” até sexta-feira.

10) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está corretamente empregada em:

- a) O problema explicou o funcionário, é que o requerimento não foi protocolado no prazo regimental.
- b) O problema, explicou o funcionário é que o requerimento, não foi protocolado no prazo regimental.
- c) O problema, explicou o funcionário, é que, o requerimento não foi protocolado, no prazo regimental.
- d) O problema, explicou o funcionário, é que o requerimento não foi protocolado no prazo regimental.
- e) O problema, explicou o funcionário é que, o requerimento não foi protocolado, no prazo regimental.

CONHECIMENTOS EM LEGISLAÇÃO

11) Aponte a alternativa incorreta. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- b) idoneidade moral e reputação ilibada;
- c) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- d) mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior;
- e) ter exercido cargo de deputado federal ou senador nos últimos dez anos, contados da data da vacância do cargo de Ministro do TCU.

12) Aponte a alternativa correta. No âmbito da União, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal;
- c) avaliar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público;
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Distrito Federal;
- e) apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

13) Nos termos da Lei Federal N.º 8666/93, não pode ser considerada uma modalidade licitatória:

- a) Leilão
- b) Registro de Preços
- c) Concorrência Pública
- d) Carta Convite
- e) Tomada de Preços

14) A partir das assertivas abaixo é possível concluir que:

I – o Regime Diferenciado de Contratação – RDC constitui procedimento licitatório disciplinado na Lei Federal nº 8.666/93.

II – A pré-qualificação é procedimento prévio nas concorrências que recomendem análise mais detida da qualificação técnica dos proponentes.

III – A sessão pública da licitação ocorre em momento subsequente à publicação do edital da licitação na forma da lei.

IV – A sessão pública da licitação deve ser realizada em todas as hipóteses de contratação realizada pela Administração Pública.

- a) a alternativa I é a única correta
- b) todas as alternativas estão corretas
- c) a alternativa IV é a única incorreta
- d) as alternativas I e IV estão incorretas
- e) as alternativas II e III estão corretas

15) Não é princípio da licitação pública expresso na Lei Federal nº 8.666/93:

- a) legalidade
- b) transparência pública
- c) vinculação ao instrumento convocatório
- d) julgamento objetivo
- e) desenvolvimento nacional sustentável

16) Não integra processo e julgamento da licitação pela Comissão de Licitações:

- a) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços ofertados pelos participantes.
- b) A verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital.
- c) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços constantes do sistema de registro de preços.
- d) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços correntes no mercado.
- e) A verificação da conformidade de cada proposta com os preços fixados por órgão oficial competente.

17) Não é considerado um crime licitatório, previsto na Lei Federal N.º 8.666/93:

- a) Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório.
- c) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- d) Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- e) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

18) Não é cláusula essencial ao contrato administrativo, segundo o Estatuto Federal Licitatório.

- a) regime de execução ou a forma de fornecimento;
- b) execução extrajudicial da parcela inadimplida pela contratada;
- c) casos de rescisão;
- d) a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- e) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19) O regime contábil para as entidades de direito público para elaboração do Balanço Patrimonial é:

- a) de competência para a receita e para a despesa;
- b) de caixa para a despesa e de competência para a receita;
- c) de competência para a despesa e de caixa para a receita;
- d) de caixa para a receita e para a despesa;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

20) Em situação normal, desejando a administração realizar uma compra que não tenha dotação orçamentária, deverá abrir crédito adicional:

- a) extraordinário;
- b) suplementar;
- c) especial;
- d) suplementar ou especial, indiferentemente;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

21) As despesas empenhadas à conta do orçamento anual, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício financeiro, processadas ou não, serão consideradas:

- a) Dívida fundada
- b) Restos a pagar
- c) Exercícios findos
- d) Dívida Ativa
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

22) Conforme determina a Lei Federal 4.320/64:

- a) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele recolhidas;
- b) pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas;
- c) o exercício financeiro coincide com o ano civil;
- d) consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas até o término do exercício financeiro;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

23) A receita orçamentária pertencerá ao exercício em que for:

- a) estimada no orçamento;
- b) inscrita na Dívida Ativa;
- c) cobrada;
- d) arrecadada;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

24) A responsabilidade na gestão fiscal pres-supõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. As disposições da Lei Complementar 101/2000 obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sobre as referências, aponte a alternativa correta:

a) Nas referências a Tribunais de Contas estão incluídos apenas: o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado.

b) Nas referências à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; excetuando as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

c) Nas referências a Estados entende-se considerado o Distrito Federal.

d) Nas referências à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações, excetuando as empresas estatais dependentes.

e) Nas referências a Tribunais de Contas não estão incluídos o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado.

25) Dentre as respostas, assinale a alternativa incorreta. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

a) disporá também sobre equilíbrio entre receitas e despesas;

b) disporá sobre a escolha de membros do respectivo Tribunal de Contas;

c) disporá sobre os critérios e a forma de limitação de empenho;

d) disporá sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

e) disporá sobre as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

26) Responda a alternativa incorreta. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

b) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

c) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas;

d) as normas relativas à geração da despesa constituem condição prévia para empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras e também para desapropriação de imóveis urbanos;

e) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

27) Responda a alternativa correta. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- a) União: 60% (sessenta por cento).
- b) Estados: 50% (cinquenta por cento).
- c) Municípios: 60% (sessenta por cento).
- d) União: não tem limite.
- e) Municípios: 54% (cinquenta e quatro por cento).

28) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Dentre as alternativas a seguir, uma está incorreta.

- a) A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.
- c) Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem

utilizar sistemas de execução orçamentária e financeira que não permitam a consolidação de dados de modo a manter o sigilo das informações.

d) Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

e) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e pelas instituições da sociedade.

29. Leia a descrição das seguintes condutas típicas, previstas no Código Penal:

- I. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- II. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. Exigir o funcionário tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- IV. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- V. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Analisando-se tais condutas, conclui-se que correspondem, respectivamente, aos crimes de:

- a) extravio, furto, corrupção passiva, extorsão, peculato;
- b) furto, apropriação indébita, peculato, excesso de exação, advocacia administrativa;
- c) prevaricação, concussão, excesso de exação, corrupção passiva, peculato;
- d) advocacia administrativa, apropriação indébita, excesso de exação, corrupção ativa, furto;
- e) condescendência criminosa, furto, peculato, advocacia administrativa, concussão.

30. Assinale a alternativa correta, quanto aos crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal:

- a) Comete o crime de desvio de função aquele que entra no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
- b) Incorre em tráfico de influência quem patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- c) Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei, é a descrição do crime de deserção.
- d) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- e) Não se equipara à condição de funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.